

Nova MP deve reforçar arrecadação em R\$ 10,5 bilhões neste ano

Lula anuncia investimentos da União previstos no Acordo do Rio Doce

Página 4

Movimentação portuária bate recorde por dois meses seguidos

Página 3

Brasil poderá ter novo recorde na produção de grãos na safra 2024/2025

O Brasil deverá bater novo recorde de produção de grãos, caso se confirme a estimativa de um total de 336,1 milhões de toneladas de grãos a serem colhidos na safra 2024/25. O resultado representa uma alta 38,6 milhões de toneladas (ou 13%) na comparação com a safra anterior.

A estimativa foi divulgada na quinta-feira (12) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De acordo com a entidade, este será “um novo recorde de produção”, conforme sugere o 9º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25.

O levantamento avalia que este “bom desempenho” decore das “boas produtividades das lavouras, projetada em 4.108 quilos por hectares, aliado ao aumento de 2,3% da área cultivada, estimada em 81,8 milhões de hectares”.

O milho, apontado como principal produto semeado na segunda safra, tem uma produção total estimada em 128,3 milhões de toneladas. A colheita de milho já teve início nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e Paraná.

A Conab cita, também como destaque na produção, o algodão, que já colheu 1,4% da área total semeada. A expectativa é de que, confirmado o total de produção estimado, de 3,9 milhões de toneladas, o aumento seja de 5,7%, na comparação com a safra 2023/24.

De acordo com a Conab, o resultado decorrerá do aumento de 7,1% da área cultivada. A companhia, no entanto, pondera que, até o momento, as chuvas irregulares estão “refletindo em uma produtividade inferior à observada na safra anterior, mas suficientes para manter o desenvolvimento das lavouras”.

No caso do arroz, produto bastante relevante para o mercado interno, cuja colheita já se encontra praticamente finalizada, o levantamento indica crescimento de 14,9% na produção, estimada em 12,15 milhões de toneladas.

Já o feijão, produto cultivado em 3 ciclos anuais, tem uma produção total estimada em 3,17 milhões de toneladas, o que, segundo a Conab garante o abastecimento interno.

A primeira safra do produto já foi colhida, totalizando 1,1 milhão de toneladas. A segunda safra já está em andamento em alguns estados, como Paraná (98%) e Minas Gerais (74%). A terceira safra se encontra em fase de plantio.

Com colheita já finalizada, a soja deve fechar a safra com um total de 169,6 milhões de toneladas, resultado que apresenta incremento de 21,9 milhões de toneladas na comparação com a safra anterior, que foi recorde da série histórica. (Agência Brasil)

Plataformas não podem ser "terra sem lei", defende Ministro do STF



Foto: Bruno Teles/Agência Brasil

Página 4

Esporte

Nova geração da Super Truck Elite mede forças nas tradicionais curvas de Tarumã

Passadas as três primeiras etapas da temporada 2025 da Copa Truck Petrobras, cinco pilotos se destacaram na corrida pelo título da classe Super Truck Elite, e todos eles da nova geração da categoria - os mais experientes deles estrearam no ano passado.

Três deles têm somente 20 anos de idade: o líder Diogo Moscato, o terceiro colocado Leo Rufino e o quarto Nicolas Giaffone. Moscato e Rufino ainda não venceram neste ano, ao contrário de Nicolas, Arthur Scherer e Pedro Perdoncini.

Foto: Duda Bairos



Turma da Super Truck Elite

Rally Jalapão dá sequência ao Brasileiro de Rally Raid



Foto: PhotoAction

Rally Jalapão acontece de 14 a 19 de junho e terá 1.233 km

Das montanhas de Minas Gerais para o cerrado do Tocantins. O Brasileiro de Rally Raid vai ao Centro-Oeste do país com o 11º Rally Jalapão. A largada e a chegada da competição são em Palmas (TO), com parque de apoio no Shopping Capim Dourado. As demais cidades anfitriãs são Mateiros, Ponte Alta e São Félix do Tocantins. A disputa tem 1.233 km, sendo 810 km de trechos cronometrados.

De 14 a 19 de junho, a aventura apresentará pilotos e navegadores com as belezas exuberantes de um cenário composto por planaltos, chapadas e rios cristalinos. De acordo com a organização – a Arena Promoções e Eventos – o roteiro inclui trechos inéditos, passando inclusive, pela região de Lizarda.

Página 6

A medida provisória (MP) que pretende compensar a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deverá elevar a arrecadação federal em R\$ 10,5 bilhões neste ano e em R\$ 20,87 bilhões em 2026, divulgou na quinta-feira (12) a Receita Federal. A MP foi publicada na noite da quarta (11), junto de um novo decreto que revoga parte das mudanças no IOF.

O Ministério da Fazenda não divulgou as estimativas de economia de despesa. Além de elevar alíquotas, a MP trouxe

mudanças nos programas Pé-de-Meia, no seguro defeso e nas regras do Atestmed (atestado médico digital para pedidos de auxílios por incapacidade temporária no INSS).

A pasta também não divulgou a nova estimativa de arrecadação com a desidratação parcial das medidas sobre o IOF. No último domingo (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as mudanças reduziram a arrecadação de R\$ 19,1 bilhões para algo em torno de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões neste ano.

Página 3

São Paulo é top 40 pelo terceiro ano consecutivo em ranking mundial de empresas inovadoras

Página 2

Mais de 5,3 milhões de pessoas já se inscreveram no Enem deste ano

Página 4

DÓLAR	
Comercial	
Compra: 5,54	Turismo
Venda: 5,54	Compra: 5,57
	Venda: 5,75
EURO	
Compra: 6,41	
Venda: 6,41	

Interlagos revelará mais 3 finalistas da Mini para a 2ª Regional Cup de Kart Brasil

Com organização da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) e apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA), a 2ª edição da Regional Cup de Kart Brasil conhecerá neste sábado (14) mais três finalistas na categoria Mini.

A disputa acontecerá dentro da 5ª etapa da Copa São Paulo Light, no Kartódromo Ayrton Senna, em Interlagos, São Paulo (SP). Os selecionados nesta

etapa classificatória se juntarão aos seis classificados até aqui: Lorenzo Kuhn, João Pedro Sarkis, Matias Dominguez, Murilo Dominguez, Pietro Belizário e Victor Loose.

Na final, em agosto, no Kartódromo Internacional de Imperatriz, em Imperatriz (MA), serão 12 pilotos brigando pelo título da Mini e a chance de integrar a Academia CBA de Pilotos.

Página 6

Felipe Drugovich chega otimista para sua segunda participação



Foto: Whelen Cadillac

Felipe Drugovich

Integrante da “Tríplice Coroa” do automobilismo mundial, as 24 Horas de Le Mans terão neste final de semana a disputa de sua 93ª edição no Circuit de la Sarthe, na França. E, pela segunda vez consecutiva, o brasileiro Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo) estará presente, mais uma vez competindo na equipe americana Whelen Cadillac.

Campeão da Fórmula 2 em 2022, Felipe Drugovich tinha a possibilidade de fazer sua estreia na Fórmula 1 também neste final de semana, uma vez que Lance Stroll, piloto titular da Aston Martin poderia não participar do Grande Prêmio do Canadá por conta de uma lesão.

Página 6

SP abre inscrições para capacitar pequenos negócios para exportação

O Governo do Estado de São Paulo vai capacitar micro, pequenas e médias empresas, além de startups e produtores rurais interessados em exportar produtos e serviços. Empreendedores de qualquer região do estado e de qualquer setor podem se inscrever, até 31 de julho, no Exporta SP, programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à pasta.

A capacitação é gratuita e 100% online. Durante três meses, no segundo semestre, os empreendedores participarão de dois encontros coletivos por semana. Eles ainda terão acesso a até quatro mentorias, que são encontros

individuais com especialistas, nos quais poderão debater as necessidades e os desafios específicos de seus negócios.

O Exporta SP é organizado pela Diretoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior da InvestSP, que é responsável pelos quatro escritórios internacionais do Governo de SP, localizados na Europa, na América do Norte, na Ásia e no Oriente Médio.

“Ao investir na capacitação empreendedora, queremos incentivar os pequenos negócios a buscar novos mercados e mover a alavanca do desenvolvimento que gera renda e emprego, forte diretriz do governador Tarcísio de Freitas”, afirma o secretário de

Desenvolvimento Econômico do Estado, Jorge Lima.

A capacitação aborda os temas que mais desafiam os empresários no processo de internacionalização, como: formação de preços, adequação de produtos e serviços, inteligência comercial e planos de marketing e vendas. As empresas participantes ainda contam com apoio de especialistas por até dois anos.

“Ao acessar o mercado internacional, a pequena empresa de-

se envolve novas habilidades e se torna mais competitiva, além de aumentar seu faturamento e diversificar suas fontes de receita, o que gera mais segurança. Por isso, é fundamental apoiarmos os pequenos negócios, que são responsáveis por mais da metade dos empregos gerados no Brasil”, afirma o presidente da InvestSP, Rui Gomes.

Empresas interessadas devem se inscrever pelo site da InvestSP. (Governo de SP)

São Paulo é top 40 pelo terceiro ano consecutivo em ranking mundial de empresas inovadoras

Na 37ª posição, São Paulo é top 40, pelo terceiro ano consecutivo, na mais nova edição de um dos rankings de empresas inovadoras mais importantes do mundo, o Global Startup Ecosystem Report (GSER). Trata-se do único ecossistema latino-americano posicionado entre os 40 mais importantes do planeta, liderando a região no desempenho geral. O ranking organiza a classificação por cidades. No entanto, a maioria dos ambientes da capital considerada para o levantamento pertence ao Sistema Paulista de Ambientes de Inovação (Spai), política pública da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), do Governo do Estado de SP. O dado está sendo divulgado na quinta-feira (12) na VivaTech Week, em Paris, França, evento com participação do secretário da SCTI, Vahan Agopyan.

O GSER é de responsabilidade da Startup Genome, organização líder mundial em desenvolvimento de ecossistemas de inovação, em parceria com a Global Entrepreneurship Network (Rede Global de Empreendedorismo), que opera programas do setor em 200 países. Nesta edição de 2025, o levantamento mostra que a Cidade do México lidera os ecossistemas emergentes. O ecossistema do Vale do Silício estadunidense ocupa a primeira posição.

O GSER analisa dados de mais de 5 milhões de empresas em mais de 360 ecossistemas de inovação empreendedora. O relatório classifica os 40 principais ecossistemas globais de startups, os 100 ecossistemas emergentes e apresenta classificações regionais. Pela primeira vez, o levantamento inclui o chamado “AI Factor”, que considera a corrida da transição dos ecossistemas de startups convencionais para os nativos em inteligência artificial.

Paralelamente à VivaTech Week, o secretário Vahan Agopyan participa nesta semana da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) Week França, tradicional encontro entre pesquisadores e representantes de startups de base tecnocientífica, em Toulouse. Durante essa edição do evento, os participantes destacaram que a colaboração científica entre o Estado de São Paulo e a França favorece o impacto da pesquisa realizada nas duas regiões. Edições anteriores da Fapesp Week foram organizadas em outras capitais europeias e latino-americanas.

Dados mostram que essa colaboração entre os pesquisadores franceses e paulistas, em diferentes áreas do conhecimento, podem ser expressas em núme-

ros bastante representativos no âmbito da academia. Como exemplo, o impacto médio considerando as citações dos artigos publicados por cientistas franceses sem a colaboração dos colegas paulistas é 1,37. Esse dado relacionado aos pesquisadores paulistas é de 1,02. Já os artigos publicados no ano passado pelos pesquisadores das duas regiões, em parceria, tiveram impacto médio de 5,2.

“A relação científica entre pesquisadores franceses e brasileiros começou em meados do século 19. Temos uma história longa, que se fortaleceu durante a década de 1930 e foi retomada com maior força no início desse século”, conta o secretário Agopyan. Ele apontou que as Fapesp Weeks são importantes para fortalecer esse laço histórico e contribuir para que a pesquisa feita em São Paulo se torne cada vez mais globalizada. (Governo de SP)

Festivais de cultura japonesa e paulistas são destaques da semana no estado de SP

Refletindo toda a versatilidade da programação da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, a Agenda Viva SP, plataforma colaborativa do Governo de SP, traz entre as sugestões da semana celebrações da cultura japonesa e das culturas tradicionais paulistas, além de opções para a Sexta-Feira 13 e para o Dia dos Namorados. Esses e outros destaques estão disponíveis no site da plataforma

(<https://agendavivasp.com.br/>).

Na capital paulista, o Museu da Imigração apresenta a terceira edição do festival VIVA! Japão, trazendo desde tradições até tendências contemporâneas da cultura japonesa, como parte das comemorações do Ano do Intercâmbio e da Amizade Brasil-Japão. Já o Museu da Imagem e do Som promove maratona madrugada adentro, nesta Sexta-Feira 13, do cineasta independente

Gregg Araki, de “Mistérios da carne” (2004). Para celebrar o Dia dos Namorados, o Museu da Língua Portuguesa promove uma ação na Estação Luz inspirada em Clarice Lispector.

No litoral, a cidade de Iguape se prepara para receber uma nova edição do Revelando SP, o maior festival de valorização das culturas tradicionais paulistas, a partir do feriado do dia 19. Com shows de Almir Sater, 14 Bis, entre outros, o evento apresenta as diferentes tradições de diversas regiões do estado, com opções de gastronomia e artesanato.

Em clima de festa junina, há opções de quermesses por todo o estado: na Grande São Paulo, a Fábrica de Cultura Osasco festeggia 3 anos em ritmo de São João. No interior, o Museu Felícia Leirner apresenta o “VI Arraiá do Alto da Serra” em Campos do Jordão. (Governo de SP)

Detran-SP afasta 142 despachantes por suspeita e zera fraudes em transferências de veículo

Uma nova estratégia de segurança digital adotada em março pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) levou ao afastamento de ao menos 142 despachantes suspeitos de desvios em operações de transferência de propriedade de veículos, impedindo a concretização de 158 tentativas de fraude em apenas dois meses. Entre os profissionais sob suspeita, 43 já tiveram revogado o acesso ao e-CRVsp, sistema disponibilizado pelo Detran-SP para a atuação de despachantes documentalistas. Agora, todos responderão a processo administrativo, com possibilidade de revogação do acesso aos sistemas. Se for encontrado indício de crime, a polícia será acionada.

A nova estratégia de segurança consiste em uma resposta rápida à menor suspeita de fraude, detectada por meio da análise preditiva, braço da análise de dados capaz de fazer previsões sobre comportamentos e cenários a partir de informações históricas, modelagem estatística e

aprendizado de máquina. Uma vez percebida conduta diferente do padrão, o sistema fornece indicadores para a equipe do Detran-SP bloquear a operação.

Nesse momento, as pessoas envolvidas são notificadas da interrupção. Em seguida, o caso passa a ser averiguado pelo Detran-SP. Se o órgão entender que a operação é legítima, a restrição é removida. Se confirmada a fraude, o processo segue para estigação e penalização. Neste novo cenário, o Detran-SP conseguiu zerar ocorrências de supostas transações fraudulentas. De 6 de abril a 24 de maio, o número de transações interrompidas por suspeita de irregularidades foi zerada.

“A inteligência de dados nos permite agir antes que o problema se materialize. Não se trata apenas de reagir à fraude, mas de prever seu padrão e interromper a ação no momento em que ela nasce. Essa capacidade preditiva é o que tem feito a diferença no resultado institucional”, afirma Vinícius Novaes, Diretor de Veículos Automotores.

A iniciativa reforça o novo posicionamento do Detran-SP, vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), que vem investindo em governança regulatória e no uso estratégico da tecnologia para criar um ambiente de controle qualificado das atividades reguladas e ter maior integridade nas transações.

Para o diretor de Gestão Regulatória do Detran-SP, Eric Wetter, a nova solução representa também um reconhecimento ao trabalho desempenhado pela categoria. Embora existam casos sob apuração, o número de suspeitas é reduzido diante do total de profissionais credenciados — hoje, 6.490 despachantes. “Nosso compromisso é com a construção de um ambiente de negócios seguro, transparente e tecnicamente qualificado. Todos se beneficiam com a fiscalização: a sociedade, o Estado e, sobretudo, os bons profissionais, que são a ampla maioria. A tecnologia é uma aliada essencial, mas é

a resposta institucional que deve ser rápida, precisa e inteligente”, destaca Eric.

O presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de São Paulo (CRDD/SP), Wagner Sanchez, defende o reforço na fiscalização, também realizada pela entidade. “São Paulo é o estado brasileiro com maior frota de veículos e despachantes, o que requer atenção redobrada na fiscalização e na regulamentação da conduta ética dos nossos credenciados. Ficamos satisfeitos em saber que o monitoramento do Detran-SP detectou apenas 2% de tentativas de fraude na categoria profissional que representamos — isso indica que 98% agem dentro das normas.”

Para evitar a migração da fraude para outros estados, o Detran-SP também tem ampliado o intercâmbio de informações com os demais órgãos executivos de trânsito, buscando promover uma atuação coordenada em nível nacional. (Governo de SP)

Governo de SP abre inscrições para credenciamento de instituições de equoterapia

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), abriu inscrições para o credenciamento de instituições especializadas na prestação de serviços de equoterapia. O edital de chamamento público já está disponível no site oficial da SEDPcD, e será mantido à disposição dos interessados por tempo indeterminado.

A equoterapia é reconhecida como um recurso terapêutico eficaz no desenvolvimento motor, cognitivo e emocional de pessoas com deficiência. Deste modo, a iniciativa visa ampliar o acesso a terapias complementares de qualidade, com foco na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento integral de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), que vêm apresentando experiências positivas em equoterapia, a exemplo do serviço já prestado pela SEDPcD no Parque da Água Branca, na capital paulista.

Com o edital, a SEDPcD visa

selecionar instituições aptas a oferecer atendimentos de equoterapia voltados à habilitação, reabilitação e inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência que cubram todo o estado. Deste modo, a demanda por este tipo de terapia poderá ser suprida com contratação por inexigibilidade de licitação.

O programa visa atender crianças e jovens com deficiência, de 3 a 18 anos, por meio de parcerias formalizadas com entidades que se credenciarão. Serão, no total, 19.200 sessões de 45 minutos cada. Os valores das parcerias dependerão da área atendida pela ação, mas a média varia entre R\$ 246 mil a R\$ 297 mil por região, totalizando R\$ 2.121.192,00 pelo período de 12 meses. O credenciamento estará aberto para as instituições dos 645 municípios paulistas, divididos em 8 macros regiões.

As instituições interessadas devem seguir as diretrizes estabelecidas no edital e apresentar a documentação exigida. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex e atuais vereadores(as) compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

PREFEITURA (São Paulo)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex-prefeitos(as) e Ricardo Nunes compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

ASSEMBLEIA (São Paulo)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex e atuais deputados(as) estaduais compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

GOVERNO (São Paulo)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex-governadores e Tarcísio Freitas compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

CONGRESSO (Brasil)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex e atuais deputados(as) e senadores(as) compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex-presidentes e Lula [com Alckmin] compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

PARTIDOS (Brasil)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex e atuais dirigentes partidários compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

JUSTIÇAS (Brasil)
No Supremo brasileiro e Justiças pelo mundo, os usos das liberdades tomam conta da imprensa global. Ex-ministros e os(a) atuais compreenderam o uso da Inteligência Espiritual desta coluna diária de política ... tornando-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] a quem sou grato

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Sei que o SENHOR sustentará a causa do oprimido e o direito do necessitado” **Salmos 140:12**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Gráfica Pana

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Nova MP deve reforçar arrecadação em R\$ 10,5 bilhões neste ano

A medida provisória (MP) que pretende compensar a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deverá elevar a arrecadação federal em R\$ 10,5 bilhões neste ano e em R\$ 20,87 bilhões em 2026, divulgou na quinta-feira (12) a Receita Federal. A MP foi publicada na noite da quarta (11), junto de um novo decreto que revoga parte das mudanças no IOF.

O Ministério da Fazenda não divulgou as estimativas de economia de despesa. Além de elevar alíquotas, a MP trouxe mudanças nos programas Pé-de-Meia, no seguro defeso e nas regras do Atestmed (atestado médico digital para pedidos de auxílios por incapacidade temporária no INSS).

A pasta também não divulgou a nova estimativa de arrecadação com a desidratação parcial das medidas sobre o IOF. No último domingo (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as mudanças reduziriam a arrecadação de R\$ 19,1 bilhões para algo em torno de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões neste ano.

Pelas estimativas da Receita Federal, a previsão de arrecadação com a nova MP é a seguinte:

Endurecimento de critérios para pedir compensações tributárias: R\$ 10 bilhões em 2025 e R\$ 10 bilhões em 2026. As compen-

sações são pedidos de descontos de tributos pagos a mais na cadeia produtiva;

Elevação de 15% para 20% do Imposto de Renda retido na fonte sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP): R\$ 4,99 bilhões em 2026. Os JCP são um tipo de remuneração que empresa paga aos acionistas;

Elevação de 12% para 18% de imposto sobre o faturamento das bets (empresas de apostas eletrônicas): R\$ 285 milhões em 2025 e R\$ 1,7 bilhão em 2026;

Elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre fintechs de 9% para 15%: R\$ 263 milhões em 2025 e R\$ 1,58 bilhão no próximo ano;

Fim de isenção de Imposto de Renda para títulos privados incentivados (LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivadas): R\$ 2,6 bilhões aos cofres públicos em 2026.

Apenas as mudanças nas compensações tributárias, na contribuição das bets e na CSLL reforçarão os cofres federais ainda este ano. Isso porque os tributos representam uma contribuição, que obedecem ao prazo da noventena, com uma elevação valendo 90 dias após a publicação da lei. Os impostos obedecem ao princípio da anualidade, em que eventuais elevações só podem entrar em vigor no ano

seguinte a lei ser publicada.

Ponto que mais pretende elevar a arrecadação, os critérios mais rígidos para as compensações tributárias devem enfrentar resistências entre os parlamentares. Em 2023 e no início de 2024, o governo tentou limitar o uso do mecanismo, mas o Congresso devolveu a MP na época.

Em relação às medidas que limitam as despesas, a MP trouxe as seguintes mudanças:

Inserção do programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação;

Limitação a 30 dias de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) a benefícios concedidos pelo Atestmed, sistema de atestado médico digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após esse prazo, será exigida perícia médica presencial;

Teto para a compensação financeira que União paga a regimes de previdência dos servidores estaduais e municipais para incorporar o tempo de serviço no INSS, com valor limitado à verba definida na sanção do Orçamento;

Ajustes nos critérios para a concessão de Seguro Defeso, auxílio para pescadores durante o período do defeso, com homologação do registro de pescador pela prefeitura e teto limitado ao valor definido na sanção do Or-

çamento.

Em relação ao IOF, o novo decreto revogou os seguintes pontos:

Revogação da alíquota fixa de 0,95% para crédito às empresas. Alíquota voltou a ser de 0,38% por operação, mais 3% ao ano;

Fim da diferenciação entre as operações de crédito das empresas em geral e das empresas inscritas no Simples Nacional;

Fim da alíquota fixa sobre o risco sacado (operação de antecipação ou financiamento de pagamento a fornecedores). Só valerá alíquota diária de 3% ao ano, o que reduz alíquota em 80%;

Previdência privada do tipo VGBL: isenção para aportes de até R\$ 300 mil ao ano (R\$ 25 mil por mês) até o fim de 2025 e de aportes anuais de até R\$ 600 mil (R\$ 50 mil por mês) a partir de 2026. Acima desse valor, cobrança de 5%;

Isenção da contribuição patrimonial para previdência privada do tipo VGBL;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC): alíquota de 0,38% sobre compra de cotas primárias, inclusive por bancos. Antes do decreto, operações eram isentas;

Isenção para retorno de investimentos estrangeiros diretos (que geram empregos) no Brasil. (Agência Brasil)

Movimentação portuária bate recorde por dois meses seguidos

A movimentação nos portos brasileiros foi recorde, tanto no mês de abril como no acumulado do ano. Com isso já são dois meses consecutivos de melhores resultados na série histórica, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Na comparação entre a movimentação portuária registrada em abril de 2025 com abril de 2024, o crescimento ficou em 1,12%. Foram, ao todo, 107,6 milhões de toneladas de cargas.

No acumulado do ano, de janeiro a abril, a movimentação alcançou 412 milhões de toneladas. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, este foi o melhor abril da série histórica. “E pelo segundo mês consecutivo, estamos batendo recorde de movimentação de cargas”, destacou o ministro Silvio Costa Filho, em nota divulgada pela pasta.

De acordo com os dados estatísticos, a navegação por longo curso, que inclui exportação e importação, registrou crescimento de 1,71% em abril,

na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Foram 76,6 milhões de toneladas de cargas. Já na cabotagem, que é a navegação entre portos do país, a movimentação chegou a 23,3 milhões de toneladas.

A navegação interna, que abrange as vias navegáveis do interior do Brasil (rios, lagoas, lagos, canais, enseadas) movimentou 7,6 milhões de toneladas.

Nas instalações portuárias privadas (terminais autorizados) o crescimento em abril ficou em 4%, na comparação com abril de 2024 – resultado que corresponde a 69,8 milhões de toneladas.

Nos portos públicos, a movimentação registrada no mesmo mês ficou em 37,8 milhões de toneladas.

Tendo como base o tipo de produtos, graneis sólidos apresentaram alta de 2,27%, movimentando 65,1 milhões de toneladas. Já o crescimento da movimentação de graneis líquidos ficou em 1,94% (25,7 milhões toneladas de cargas). (Agência Brasil)

INSS deve corresponder à confiança de aposentados, diz ministro

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou na quinta-feira (12) que muitos aposentados e pensionistas demonstram a identificar os descontos ilegais em seus benefícios previdenciários por confiarem no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ao participar da cerimônia de lançamento do Plano de Integridade do Ministério da Previdência, Queiroz acrescentou ser necessário fazer jus a tal confiança:

“Uma constatação a que eu cheguei é que o aposentado foi descontado durante cinco, seis, sete anos e não percebeu. Como é que pode? A resposta é a confiança que o aposentado tem no INSS. Ele não se dá ao trabalho de checar quanto tem na conta, quanto foi depositado, porque ele tem certeza de que o dinheiro que ele vai ao caixa sacar é o que lhe é devido. E nós temos que corresponder a esta confiança.”

Wolney Queiroz está há pouco mais de um mês à frente do ministério ao qual a autarquia está subordinada.

O plano é a concretização do Programa de Integridade que a pasta instituiu em setembro de 2024, sete meses antes da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a chamada Operação Sem Desconto, para aprofundar as investigações sobre um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizados em milhões de aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

O plano contém as diretrizes e mecanismos de controle que todos os servidores e prestadores de serviço da estrutura ministerial deverão cumprir para prevenir, detectar, remediar e punir de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

O ministro disse esperar que, dentro de poucos meses, o Ministério da Previdência Social se torne um exemplo em termos de controle interno e integridade.

“Para isso, vamos ter que suar a camisa e superar as dificuldades”, advertiu o ministro aos gestores e servidores presentes à cerimônia.

“A gente precisa reaprender a lidar com algumas questões dentro do ministério. A primeira delas, que eu acho central, é a questão da auscultação do controle social. Para isso, temos que resuscitar, fortalecer, a ouvidoria”, declarou o ministro, referindo-se à instância ministerial responsável por receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugges-

tões, denúncias e pedidos dos cidadãos.

Durante o evento, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho, destacou que o lançamento do Plano de Integridade do Ministério da Previdência se dá em meio a uma “crise” e “muitas dificuldades”.

“Este é um momento que, para o bem e para o mal, é histórico para a Previdência Social e do INSS, abrindo um espaço – não pela via que esperávamos – que temos que aproveitar para reconstruirmos algumas agendas dentro do INSS, principalmente esta da integridade. Este é um caminho sem volta. De aprimoramento da defesa dos aposentados e pensionistas.”

Até às 17h da quinta-feira (11), mais de 3,115 milhões beneficiários da Previdência Social consultaram o INSS acerca de valores descontados de seus benefícios em favor de 43 associações, sindicatos e outras entidades. Destes, pouco mais de 3,069 milhões afirmaram não ter autorizado as deduções.

A partir dos questionamentos às cobranças, o INSS acionou as organizações sociais, que têm 15 dias úteis a partir da notificação para responder às reclamações e denúncias de que promoveram cobranças ilegais.

Para isso, as entidades precisam encaminhar ao instituto a documentação que comprove que os aposentados e pensionistas se filiaram de livre e espontânea vontade e que autorizaram os descontos diretamente de seus benefícios.

Na última segunda-feira (9), o INSS começou a enviar aos beneficiários as primeiras respostas das entidades sobre os descontos. Se a legalidade do desconto não for comprovada – seja porque a entidade alega não possuir os documentos necessários ou porque ela não respondeu ao instituto – o INSS vai iniciar um processo para que os valores sejam integralmente restituídos.

Neste caso, a pessoa deve continuar acompanhando o andamento de seu pedido pelo aplicativo Meu INSS ou ligando, gratuitamente, para o telefone 135.

Caso a entidade responda que tem como comprovar que a cobrança da mensalidade associativa foi feita legalmente, com o aval do beneficiário do INSS, este precisa se manifestar em até 30 dias, pelo Meu INSS ou, a partir de 16 de junho, nas agências dos Correios.

Não é possível contestar a informação da entidade pelo telefone 135. (Agência Brasil)

BNDES e Finep selecionam 56 projetos para minerais estratégicos

A lista das empresas selecionadas na chamada pública para seleção de planos de negócios voltados à transformação de minerais estratégicos, com foco na transição energética e na descarbonização da economia, foi divulgada na quinta-feira (12) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Ao todo, foram selecionados 56 planos de negócios para a próxima fase, de elaboração do Plano de Suporte Conjunto (PSC), totalizando R\$ 45,8 bilhões.

Esses minerais são considerados fundamentais para aplicações em baterias, motores elétricos, painéis solares, eletroeletrônicos, e tecnologias relacionadas à economia verde e à indústria de baixo carbono.

O Nordeste foi a região com maior volume de investimentos dos projetos selecionados, 41% do total, distribuídos em 13 projetos (23% do total). Somados, Norte e Nordeste foram responsáveis por 32% do número de projetos selecionados e, em valor, correspondem a 56% do total dos projetos aprovados.

Entre os estados, Minas Gerais foi o estado com o maior número de projetos selecionados (20) e maior volume de investimentos (35% do total), seguido da Bahia, 9 projetos e 25% dos investimentos.

Após a seleção, os planos escolhidos receberão indicação de instrumentos financeiros do BNDES e da Finep que poderão ser utilizados para apoiar a realização dos empreendimentos.

Entre os selecionados estão:

dez projetos direcionados para terras raras; oito, para lítio; seis, para grafite; quatro, para cobre; e quatro, para silício. Há também projetos para níquel, titânio e minerais do grupo da platina. Alguns projetos podem contemplar mais de um mineral.

Aberta em janeiro deste ano, a chamada pública recebeu 124 propostas de empresas e consórcios interessados em desenvolver soluções tecnológicas e industriais para atender à demanda crescente por materiais críticos. Cada proposta deveria apresentar apenas um Plano de Negócio, com necessidade de financiamento superior a R\$ 20 milhões.

“Esses minerais, além de serem críticos para o avanço da transição energética, estão no centro de uma disputa global por capacidades produtivas ligadas

às novas indústrias, como é o caso das baterias e dos veículos elétricos. O Brasil possui condições únicas para se tornar um grande produtor desses materiais, com baixas emissões e melhores padrões de sustentabilidade. Ao apoiar esses investimentos, por orientação do presidente Lula, o banco contribui para a autonomia tecnológica e a sustentabilidade ambiental do Brasil, posicionando o país como protagonista da economia de baixo carbono”, afirmou, em nota, o presidente do BNDES, Aloísio Mercadante.

Para o presidente da Finep, Elias Ramos, “ao apoiar esses investimentos, contribuímos diretamente para a autonomia tecnológica, posicionando o país como protagonista de uma economia de baixo carbono”. (Agência Brasil)

Seis em cada dez apostadores usaram bets ilegais este ano

Seis em cada dez apostadores no Brasil usaram plataformas irregulares este ano, revela pesquisa divulgada na quinta-feira (12) pelo Instituto Locomotiva. A regulamentação do setor, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, determina que apenas operadores licenciados podem atuar legalmente no país – com obrigações tributárias, normas operacionais e diversos mecanismos de proteção ao apostador. Apesar disso, 61% dos entrevistados admitiram ter feito apostas em bets irregulares neste ano, muitas vezes, sem consciência dos riscos envolvidos.

A pesquisa foi feita em abril e maio com 2 mil apostadores adultos:

78% dos entrevistados consideram difícil distinguir sites legais dos ilegais;

72% afirmam que nem sempre conseguem verificar a regularidade das plataformas;

46% já depositaram dinheiro em uma plataforma posteriormente identificada como falsa ou irregular.

De acordo com o Instituto Locomotiva, as pessoas de menor renda e escolaridade são as mais atingidas, porque desconhecem os mecanismos de proteção das plataformas regulamentadas. O Instituto Locomoti-

va observa que entre as táticas utilizadas por operadores ilegais estão “o uso de nomes semelhantes aos de marcas legalizadas, mudanças frequentes de domínio e publicidade desregulada por meio de influenciadores digitais, com promessas enganosas de lucro fácil”.

Os dados também mostram que 87% dos apostadores defendem que o poder público atue de forma incisiva contra plataformas de apostas irregulares. “Os dados representam mais do que um diagnóstico do setor. São um chamado urgente para uma ação coordenada entre autoridades, operadores licenciados e a sociedade civil, com o objetivo de proteger o cidadão, garantindo a integridade e a sustentabilidade do setor de apostas no Brasil”, ressalta o instituto.

Impacto fiscal

A pesquisa serviu de base para o estudo Fora do Radar: Dimensionamento e Impactos Socioeconômicos do Mercado Ilegal de Apostas no Brasil, elaborado pela LCA Consultores e apoiado pelo Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR). O levantamento estima que de 41% a 51% do mercado brasileiro de apostas online ainda estejam na ilegalidade, com um impacto fis-

cal entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2,7 bilhões que deixaram de ser arrecadados em apenas três meses. O montante pode chegar a R\$ 10,8 bilhões em um ano.

Para o presidente executivo do IBJR, Fernando Vieira, os números são estarrecedores e demonstram a urgência de um combate efetivo ao mercado ilegal. Segundo ele, cinco meses após ter pactuado as condições de operação no mercado com as empresas, o governo aumentou a carga tributária para os regulamentados. “Isso traz uma quebra de confiança e enorme insegurança jurídica para o setor e para o Brasil. Todos acabam perdendo: os operadores mais sufocados com impostos, o apostador sem a proteção das regras do mercado formal, e o governo que, com esse estímulo à ilegalidade, acabará prejudicando não só o mercado, mas também a própria arrecadação”, disse.

De acordo com o diretor de Regulação e Políticas Públicas da LCA Consultores, Eric Brasil, o desafio agora é um combate bem articulado e intensivo do mercado ilegal.

“A redução do mercado ilegal traz uma série de benefícios à sociedade brasileira, desde proteção aos apostadores e combate ao crime organizado, passan-

do pelo aumento da arrecadação do governo, fundamental nesse momento de crise fiscal”, afirmou.

Como saber se um site de apostas é seguro?

Sites autorizados pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda, devem obrigatoriamente utilizar o domínio “.bet.br”;

Os sites de apostas adotam um sistema rígido de cadastro, que exige reconhecimento facial para impedir o acesso de menores de 18 anos, além do envio de documentos e demais checagens que identifiquem o apostador;

Também oferecem a possibilidade de estabelecer limites de perdas financeiras e tempo de jogo, além de mecanismos para detectar comportamentos de risco do apostador e enviar alertas; Permitem apenas transações via Pix e débito da conta do titular do cadastro. Não aceitam cartões de crédito nem criptomoe-

das;

As plataformas oficiais oferecem mecanismos de autoexclusão para os apostadores.

Em caso de dúvidas, basta conferir a lista dos sites autorizados a operar no Brasil na página do Ministério da Fazenda. (Agência Brasil)

Lula anuncia investimentos da União previstos no Acordo do Rio Doce

Câmara dos Deputados diz ao STF que suspendeu salário de Zambelli

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, informou na quinta-feira (12) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento do salário e a verba de gabinete da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

As medidas foram determinadas, na semana passada, pelo ministro Alexandre de Moraes, após a expedição do mandado de prisão da parlamentar, que fugiu para a Itália para evitar o cumprimento da condenação a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023.

Cassação

A Câmara também já foi notificada pelo Supremo sobre a determinação do ministro para cassação do mandato de Zambelli, uma das consequências da condenação.

Mais cedo, Motta encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa a decisão que cassou a parlamentar. O procedimento dá início ao

processo de perda do mandato.

Extradição

Na quarta-feira (11), Moraes enviou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o pedido de extradição de Zambelli.

O documento contém a cópia da decisão que condenou a parlamentar, os artigos do Código Penal que fundamentaram a condenação e um resumo para que o governo brasileiro possa solicitar a extradição à Itália.

No sábado (7), o ministro determinou a execução imediata da condenação da deputada Carla Zambelli. A decisão foi tomada após a Primeira Turma da Corte negar, por unanimidade, recurso apresentado pela defesa da parlamentar para anular a condenação.

O hacker Walter Delgatti também foi condenado a 8 anos e 3 meses de prisão no mesmo processo. Segundo as investigações, a invasão eletrônica foi executada por Delgatti e ocorreu a mando de Zambelli. (Agência Brasil)

Câmara pauta urgência para derrubar decreto de IOF mesmo após reedição

Mesmo tendo sido reeditado pelo governo federal, a Câmara dos Deputados decidiu pautar na próxima segunda-feira (16) a urgência do projeto de decreto legislativo (PDL) que pode derrubar o decreto presidencial publicado ontem, que mexe no Impostos sobre Operações Financeiras (IOF). A nova publicação do Executivo reduziu o impacto das mudanças do IOF que tinham sido feitas no final de maio.

“Conforme tenho dito nos últimos dias, o clima na Câmara não é favorável para o aumento de impostos com objetivo arrecadatório para resolver nossos problemas fiscais”, informou o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), na quinta-feira (12).

O governo elevou algumas alíquotas do IOF para cumprir a meta fiscal de 2025, tendo em vista que o Executivo já havia bloqueado ou contingenciado mais de R\$ 30 bilhões do orçamento deste ano.

A votação marcada para a próxima semana vota a urgência da análise do decreto do IOF. Não foi discutida, por enquanto, a votação do mérito. Ainda que o PDL 313 seja aprovado no mérito, volta a valer o decreto anterior sobre o IOF, que tem efeitos ainda maiores sobre a arrecadação.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Raul Góes (PT-AP), disse que não restaram nem 20% do decreto original e que as mudanças foram feitas ouvindo os parlamentares.

“O que remanesceu no texto é algo que se reporta exclusivamente a operações do mercado financeiro que representam 2% ou 3% das mobilizações em relação a isso. O governo entende a posição adotada por parte da Câmara, mas nós vamos buscar votos para a manutenção dos termos de decreto porque o que ficou do decreto já resulta de um conjunto de diálogos com o ministro Haddad, que o governo teve tanto com a Câmara quanto com Senado”, explicou o líder governista.

O governo editou nova MP para ser uma alternativa ao decreto do IOF, que foi criticado

pela maioria do Parlamento. Porém, o Executivo manteve parte do decreto do IOF, ainda que com impacto menor.

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), disse que o objetivo é derrubar os dois decretos, o novo e o anterior.

“Estamos vendo com a assessoria da Câmara se seria possível uma apensação para, em uma votação só, derrubar os dois. Não sendo possível, nós votaremos um depois o outro”, ponderou o parlamentar.

Se aprovado na Câmara, os PDLs precisariam ainda ser aprovados pelo Senado.

O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias, defendeu à imprensa que a decisão de pautar o PDL é incompreensível.

“Houve uma tentativa de partidos da oposição de marcar uma posição contra o governo. O decreto novo, ao você revogar, volta com o decreto anterior que tem alíquotas maiores. Não tem alternativa ao IOF que não a Medida Provisória (MP)”, disse.

Entenda

Para se alcançar o teto de gastos definido pelo arcabouço fiscal, o Executivo anunciou um contingenciamento e bloqueio de recursos de mais de R\$ 30 bilhões. Além disso, propôs mudanças no IOF para aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 20 bilhões.

O aumento do IOF foi criticado pela maioria do parlamento, que ameaçou derrubar o decreto presidencial. Após negociações, o governo editou nova MP com medidas para substituir a arrecadação do IOF e reeditou o decreto anterior reduzindo o impacto arrecadatório do imposto.

Apesar das mudanças, a Câmara decidiu pautar urgência para sustar o novo decreto. O governo alega que já fez um grande esforço de corte de gastos e que novos contingenciamentos vão prejudicar o funcionamento da máquina pública, com impactos sobre serviços de saúde e educação. Já lideranças parlamentares cobram mais corte de despesas em vez de medidas de arrecadação tributária. (Agência Brasil)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na quinta-feira (12), ações do governo federal previstas no novo acordo para reparar os danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em 2015. Nesta etapa, são investimentos em saúde, educação, assistência técnica, transferência de renda para a população da Bacia do Rio Doce e a inclusão de participação social na definição de projetos.

O presidente Lula lembrou que o governo federal assumiu a responsabilidade de parte das ações de reparação e cobrou seus ministros para que elas saiam, de fato, do papel.

“Agora, as coisas têm que acontecer no tempo das possibilidades de executar, porque também tem muita burocracia. Recuperar a bacia não é uma coisa assim, ah, vou plantar 1 mil árvores, não. É preciso ter muita tarefa para saber o que a gente vai recuperar”, disse Lula.

“Para criar condições de as pessoas voltarem à normalidade, leva um tempo. Nós estamos há 6 meses já com esse pepino nas nossas costas. Eu tenho dito aos meus companheiros, que agora é da nossa responsabilidade”, afirmou o presidente cobrando ainda a divulgação das ações para a população da região.

Ações da União

Na quinta-feira, a Caixa Econômica Federal assinou com os ministérios da Pesca e do Desenvolvimento Agrário termos para a transferência de renda a agricultores familiares e pescadores impactados pela tragédia. Os pagamentos devem começar no mês que vem no valor de 1,5 salário-

mínimo, por 36 meses, seguido de mais 12 meses com 1 salário mínimo. Ao todo, serão beneficiadas cerca de 15 mil famílias da agricultura familiar e 22 mil pescadores, com desembolsos de R\$ 3,7 bilhões nos próximos 4 anos.

Ainda na quinta-feira foi formalizado o compromisso com a construção de um hospital universitário em Mariana, vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto. Serão investidos R\$ 150 milhões pelo governo federal e R\$ 20 milhões pela Prefeitura de Mariana, que também doará o terreno. A unidade atenderá casos de média e alta complexidade.

Também houve a contratação de duas entidades para assistência técnica independente, para atuar junto às comunidades mineiras de Mariana e Barra Longa, com o objetivo de fortalecer a participação social dos atingidos nos processos de reparação. As instituições responsáveis serão a Cáritas e a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, em ações coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Por fim, a Secretaria-Geral da Presidência lançou o edital para seleção de representantes da sociedade civil para composição do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Capixaba, criado em junho. Serão 36 representantes da sociedade civil, sendo 18 titulares e 18 suplentes.

O conselho tem o objetivo de informar os atingidos sobre as ações da União decorrente do Acordo do Rio Doce, monitorar sua execução e deliberar sobre os projetos comunitários do Fundo de Participação Social com orçamento de R\$ 5 bilhões.

Mais de 5,3 milhões de pessoas já se inscreveram no Enem deste ano

(13) – segue a tendência de alta.

Até momento, este é o maior desde 2020, quando o Inep registrou 5.783.357 de inscritos, naquele ano de aplicação do Enem impresso e do Enem Digital.

Após a pandemia da covid-19, o número de inscritos nas edições decresceu nas edições de 2021 e 2022. Somente voltou a crescer em 2023, com 3.933.970 registros.

O número recorde de inscritos em uma edição do Enem foi de 8.722.290, em 2014.

Plataformas não podem ser “terra sem lei”, defende Moraes

tirada dos conteúdos ilegais.

Voto

Ao votar pela responsabilização, Moraes exibiu no telão do plenário mensagens com conteúdo racista, homofóbico e antisemita que estão ativas nas redes sociais e não foram retiradas pelas plataformas.

Moraes disse que as grandes empresas de tecnologia impõem seu modelo de negócio “agressivo”, sem respeitar as leis do Brasil. Para o ministro, as plataformas não podem ser uma “terra sem lei”.

8 de janeiro

O ministro mostrou imagens dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e disse que os acusados “instrumentalizaram” as redes sociais para combinar as invasões aos prédios públicos de Brasília e transmitir os atos.

Desafios nas redes

Moraes também acusou as plataformas de permitir uma exposição de vídeos sobre ataques a escolas e de automutilação de crianças e adolescentes.

Desinformação

O ministro disse que a verdade está sendo manipulada nas redes sociais e reafirmou que “liberdade de expressão não é liberdade de agressão”.

No processo relatado pelo ministro Luiz Fux, o STF discute se uma empresa que hospeda um site na internet deve fiscalizar conteúdos ofensivos e retirá-los do ar sem intervenção judicial. O recurso foi protocolado pelo Google. (Agência Brasil)

De acordo com o governo federal, também foram estabelecidos planos de ação em saúde para quatro municípios atingidos - Mariana, Ouro Preto, Barra Longa e Rio Doce - e criados o Observatório da Educação na Bacia do Rio Doce, para avaliar a educação básica nos 49 municípios, e 15 centros de Formação das Juventudes, que reúnem cursos profissionalizantes e outras atividades de interesse comunitário.

Tragédia

A Barragem do Fundão integra um complexo da Samarco, mineradora controlada pelas empresas Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana). A tragédia aconteceu em 5 de novembro de 2015, quando cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos escoaram por 633 quilômetros pela Bacia do Rio Doce, até a foz, no Espírito Santo. O desastre provocou a morte de 19 pessoas e impactos diversos às populações de 49 municípios mineiros e capixabas.

No acordo assinado em outubro de 2024, dos R\$ 132 bilhões previstos, R\$ 100 bilhões são novos recursos que devem ser pagos em até 20 anos pelas empresas ao poder público, para serem aplicados em diversas ações. Desse total, R\$ 49,08 bilhões serão executados pela União e o restante distribuídos entre os governos estaduais, municipais e órgãos como o Ministério Público.

As companhias também destinarão R\$ 32 bilhões para custeio de indenizações a pessoas atingidas e de ações reparatórias que permanecerão sob sua responsabilidade.

As empresas informam já te-

rem desembolsado R\$ 38 bilhões na reparação socioambiental, por meio da Fundação Renova, criada pelas empresas para conduzir as ações de reparação.

Com a assinatura do acordo, a fundação foi extinta, e a própria Samarco assumiu as obrigações.

Valor individual

O novo acordo estabeleceu o Programa Indenizatório Definitivo (PID), que prevê pagamento de R\$ 95 mil para agricultores familiares e pescadores, e de R\$ 35 mil para os demais atingidos. Mais de 260 mil pessoas já aderiram ao programa, sendo 53.662 pagamentos já realizados.

O prazo final para ingresso no PID foi prorrogado até 4 de julho.

Para as entidades que representam os atingidos, entretanto, o valor individual é insuficiente. O representante da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão de Mariana, Mauro Marcos da Silva, citou o desafio de colocar em prática todos os projetos.

“Esse desafio também vem trazer o desespero das pessoas que foram diretamente atingidas e que aguardam uma reparação justa. Reparação essa que, através do PID, Programa de Ilusão Definitiva, infelizmente, não contempla a perda de todas essas pessoas”, disse.

De acordo ainda com as entidades representantes dos atingidos, a prova de que o acordo não satisfaz é que “apesar de 200 mil adesões, ainda existem milhares de pessoas ao longo da bacia que não viram sequer 1 centavo da reparação”.

Alguns processos contra as empresas responsáveis pela barragem ainda estão em andamento na Europa. (Agência Brasil)

te, inclusive os isentos da taxa de inscrição.

Os estudantes do 3º ano do ensino médio em escola pública, mesmo com sua inscrição preenchida automaticamente, pela primeira vez, precisam atualizar os dados solicitados e confirmar a inscrição para garantir a participação nesta edição.

Em 2025, o Enem volta a ser uma opção quem quer obter o certificado de conclusão do ensino médio ou a declaração parcial de proficiência. Para esta finalidade, podem se inscrever os candidatos com mais de 18 anos que não terminaram essa etapa dos estudos; e que alcançarem, em cada área do conhecimento da prova, a pontuação mínima (igual ou maior que 450 pontos) e tirarem nota de menos 500 pontos na prova de redação. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE INTERDIÇÃO Processo nº: 1001896-15.2025.8.26.0008 Classe 7 Assunto: Interdição/Curatelá Curador (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso, serve, ainda, esta sentença como mandado e ofício para registro da interdição no Cartório de Registro Civil, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e lantadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que os Srs. Oficiais das Unidades de Registro Civil das Pessoas Naturais competentes procedam ao seu cumprimento. Constatando que há houve a assinatura de termo de compromisso nos autos fls. 66, conforme disposto no artigo 755, I, do Código de Processo Civil, dispensei nova assinatura da curadora, valendo esta sentença como termo de compromisso e certidão de curatela, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado da presente sentença. Em razão da presumida idoneidade da curadora, dispensei-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.74, ambos do Código Civil. Fica a curadora, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas. Após o trânsito em julgado, cumpre-se o disposto nos artigos 33 da Lei 6.015/73 e 75 do Estatuto do Juiz do Trabalho. (Ativo) Llian de Oliveira Giannoccaro - CPF: 32.225.848.50, RG: 32.946.73SRequendo Emanuel Vitor de Oliveira Giannoccaro - CPF: 42.710.32908 Juíza de Direito: Dra. Maria Carvalho Ferreira de Castro São Paulo, Ano XVIII - Edição 4213 Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para DECERTAR a INTERDIÇÃO de EMANUEL VITOR DE OLIVEIRA GIANNOCARO, filho de Avelino de Oliveira Giannoccaro, conforme certidão de nascimento número 315252, fl. 151, livro A-709 do Cartório de Registro Civil de Capela do Socorro, São Paulo, considerando o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza pessoal e patrimonial de modo geral, nos termos do artigo 4º, inciso III do Código Civil, nos termos do art. 1.745 do Código Civil, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 75 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local

Nova geração da Super Truck Elite mede forças nas curvas de Tarumã

Atual líder do campeonato, Diogo Moscato se apoia no retrospecto recente da Iveco contra as armadas da Volkswagen, Mercedes e Volvo



Diogo Moscato

Passadas as três primeiras etapas da temporada 2025 da Copa Truck Petrobras, cinco pilotos se destacaram na corrida pelo título da classe Super Truck Elite, e todos eles da nova geração da categoria - os mais experientes deles estrearam no ano passado.

Três deles têm somente 20 anos de idade: o líder Diogo Moscato, o terceiro colocado Leo Rufino e o quarto Nicolas Giaffone. Moscato e Rufino ainda não venceram neste ano, ao contrário de Nicolas, Arthur Scherer e Pedro Perdoncini. Em Interlagos, couberam aos mais velhos (Scherer com 29 e Perdoncini com 36) a honra da vitória.

O destaque vem sendo a regularidade de Moscato, incansá-

vel na busca pela primeira vitória, que bate na trave desde sua estreia, com um segundo lugar, na etapa de Cascavel do ano passado. Neste fim de semana, ele ainda terá de correr sem auxílio, pois o agora ex-companheiro de equipe Marcio Giordano passa neste fim de semana a competir pela Tokio Petro, agora sob o comando de Djalma Fogaça. Já a Chiarelli espera preencher a vaga a partir da etapa de Cascavel.

“Estamos vindo de uma etapa positiva em uma pista que a gente sabia que enfrentaria dificuldades. Já fiz treinos em Tarumã no ano passado, agora é ir para cima, preparar o caminhão melhor ainda e focar bastante em bons desempenhos - se tudo der certo, somar a tão esperada vitória e manter a liderança do campeonato, que é o nosso plano principal”, destaca o soteropolitano Moscato.

Falando em mudanças, teremos na Elite a estreia de Luan Lopes. Protagonista nos primeiros anos da Fórmula 4 brasileira, Luan substituirá o pai Luiz Lopes, que realizou uma cirurgia reparatória no joelho direito. “Estou muito feliz em poder realizar este sonho e participar da Copa Truck. É algo que já estávamos estudando desde o início do ano, mas com um caminhão próprio. Agora, de uma outra maneira, a participação se concretizou. Agora, é foco total em dar o meu melhor na pista”, comenta Luan.

As próximas duas ausências, no entanto, não foram planejadas, nem esperadas, e assustaram a comunidade. Daniel Kelemen, que lidera a D+, sofreu com uma embolia pulmonar e passou uma semana internado, sendo liberado no último dia 2 para se recuperar em casa - e, com isso, ele está fora da etapa gaúcha.

“Foi algo repentino, mas que tratamos de forma rápida e conseguimos solucionar. Estou bem, mas completamente sem fôlego, o que me impossibilita de fazer qualquer atividade. Até andar do quarto para a sala cansa. Mas estarei de corpo presente em Tarumã para cumprir todos os compromissos extra-pista”, comenta

Kelemen, que será substituído pelo sócio e também piloto Beto Cavaleiro.

A outra ausência sentida também será a de Jô Augusto. Em corrida de kart disputada em São Paulo no último fim de semana de maio, Jô se envolveu em um acidente, sendo forçado a ficar de molho. “Por sorte ele está bem, está em casa”, comenta Paulo Salustiano, companheiro de equipe e amigo de Jô.

INGRESSOS: Segue aberta a venda de ingressos para a grande festa da velocidade nas raízes do Autódromo de Tarumã (RS), palco da quarta etapa das temporadas 2025 da Copa Truck Petrobras, NASCAR Brasil Series e Copa Hyundai HB20 nos dias 14 e 15 de junho.

Será uma oportunidade única de ver na pista tanto os grandes nomes da Truck e da NASCAR como a mistura de experiência e novos talentos que proporcionam corridas incríveis na Copa Hyundai HB20.

São sete modalidades de ingresso a partir de 25 reais que podem ser adquiridos exclusivamente por meio do site <https://trucknascarbrasilhb20.byinti.com/> até o dia 16. As bilheteria físicas funcionarão apenas no sábado e no domingo do evento.

Venda virtual e mais detalhes: [h t t p s : / / trucknascarbrasilhb20.byinti.com/](https://trucknascarbrasilhb20.byinti.com/)

24 Horas de Le Mans

Felipe Drugovich chega otimista para sua segunda participação



Felipe Drugovich

Integrante da “Triplíce Coroa” do automobilismo mundial, as 24 Horas de Le Mans terão neste final de semana a disputa de sua 93ª edição no Circuit de la Sarthe, na França. E, pela segunda vez consecutiva, o brasileiro Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo) estará presente, mais uma vez competindo na equipe americana Whelen Cadillac.

Campeão da Fórmula 2 em 2022, Felipe Drugovich tinha a possibilidade de fazer sua estreia na Fórmula 1 também neste final de semana, uma vez que Lance Stroll, piloto titular da Aston Martin poderia não participar do Grande Prêmio do Canadá por conta de uma lesão.

Entretanto, Stroll teve sua participação no GP anunciada pela equipe inglesa e, assim, Felipe Drugovich confirmou que disputará a mais tradicional e famosa prova de endurance do automobilismo mundial.

“Já está tudo decidido e definido. Estou feliz por competir em Le Mans mais uma vez, da mesma forma que estaria se eu

fosse competir no GP do Canadá”, resumiu o piloto de Maringá (PR). “Tudo tranquilo e a partir de agora o foco é 100% em Le Mans”, emendou.

Na quarta-feira foi disputada a primeira parte da tomada de tempos em Le Mans para os Hypercar, a categoria em que Felipe Drugovich divide a pilotagem do Cadillac V-Series.R com o dinamarquês Frederik Vesti e com o britânico Jack Aitken.

“Terminamos em 9º, um bom resultado que nos colocou entre os 15 primeiros, o que era o nosso objetivo inicial, pois assim temos direito da disputar a Hyperpole 1. Depois, os 10 primeiros irão à Hyperpole 2 e o mais rápido será o pole position”, explicou Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo). “O carro está muito bom e competitivo. Um Cadillac foi pole ontem (quarta-feira) e isso mostra seu potencial de velocidade. Estamos otimistas”, finalizou.

A 93ª edição das 24 Horas de Le Mans terá transmissão ao vivo no YouTube pelo Esporte na Band.

Rally Jalapão dá sequência ao Brasileiro de Rally Raid

Na próxima semana, de 14 a 19 de junho, pilotos e navegadores se encontram em Palmas (TO) para uma disputa de mais de 1.200 km pelo cerrado nacional. Mario Marcondes e Artêmio Pauluci acirram esse grid

Das montanhas de Minas Gerais para o cerrado do Tocantins. O Brasileiro de Rally Raid vai ao Centro-Oeste do país com o 11º Rally Jalapão. A largada e a chegada da competição são em Palmas (TO), com parque de apoio no Shopping Capim Dourado. As demais cidades anfitriãs são Mateiros, Ponte Alta e São Félix do Tocantins. A disputa tem 1.233 km, sendo 810 km de trechos cronometrados.

De 14 a 19 de junho, a aventura apresentará pilotos e navegadores com as belezas exuberantes de um cenário composto por planaltos, chapadas e rios cristalinos. De acordo com a organização – a Arena Promoções e Eventos – o roteiro inclui trechos inéditos, passando inclusive, pela região de Lizarda. Mas ainda, repetirá a passagem pelo famoso “Caracol” (sequência de lombas).

A Braço Curto MotorSport está confirmada no Rally Jalapão, e mais: será a estreia da dupla Mario Marcondes e Artêmio Pauluci na competição. Eles aceleram a XRanger, na categoria Ultimate

BR. “Finalmente, conseguimos encaixar esse rally no nosso planejamento. Há tempos que queremos muito participar dessa prova que, ao que muitos dizem, tem a mistura perfeita entre cenário e trilhas com desafios de alto nível técnico”, disse o piloto Mario.

A programação do 11º Rally Jalapão começa no dia 14 (sábado), com a abertura da secretaria de prova, entrega de equipamentos, vistorias técnicas e briefing. Os motores serão ligados no dia 15 (domingo), com o prólogo de 16 km – tomada de tempo que define a ordem de largada para a primeira etapa, e que já valerá tempo pela classificação geral.

Com destino a Mateiros (TO) no dia 16 (segunda-feira), a primeira etapa tem 380 km – com 239 km de especial. Na terça-feira (17), o Rally Jalapão aponta a bússola para Sudeste do Estado, com destino a São Félix do Tocantins em um percurso de 240 km – 190 de trecho cronometrado.

Em São Félix do Tocantins, o rally permanece para uma especial em laço na terceira etapa (18



Palmas é sede da próxima etapa do Brasileiro de Rally Raid

de junho, quarta-feira), de 192 km no total, com 161 km de trecho cronometrado. E, na quarta e última etapa, retorna para Palmas, para a chegada no Shopping Capim Dourado, após completar os 364 km finais, com 141 km de especial.

“O Rally Jalapão antecede o maior rally das Américas, o Sertões. E por isso, será uma importante oportunidade de testar a XRanger e treinar. Mas, acima de

tudo o mais importante é nos divertir e conhecer as belezas naturais dessa região do país”, encerrou Mario.

Siga-nos nas redes sociais @equipebracourto

A Braço Curto MotorSport tem patrocínio de Conasa Infraestrutura, Companhia Águas de Itapema, AMC Construções, New Holland – Shark Máquinas, Hipper Freios e Makmo Infraestrutura.

Interlagos revelará mais 3 finalistas da Mini para a 2ª Regional Cup de Kart Brasil

Com organização da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) e apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA), a 2ª edição da Regional Cup de Kart Brasil conhecerá neste sábado (14) mais três finalistas na categoria Mini.

A disputa acontecerá dentro da 5ª etapa da Copa São Paulo Light, no Kartódromo Ayrton Senna, em Interlagos, São Paulo (SP). Os selecionados nesta etapa classificatória se juntarão aos seis classificados até aqui: Lorenzo Kuhn, João Pedro Sarkis, Matias Dominguez, Murilo Dominguez, Pietro Belizário e Victor Loose.

Na final, em agosto, no Kartódromo Internacional de Imperatriz, em Imperatriz (MA), serão 12 pilotos brigando pelo título da Mini e a chance de integrar a Academia CBA de Pilotos. Além disso, o campeão disputará o ROK SuperFinal 2025, em outubro, na Itália, com inscrição e equipamentos pagos pela entidade máxima do automobilismo brasileiro.

A etapa classificatória deste sábado terá três baterias e já conta



Mini definirá mais três finalistas em Interlagos

com 19 inscritos (veja a lista completa abaixo). Na sexta-feira (13), acontece a tomada de tempos e uma das corridas. As duas últimas provas serão disputadas no sábado. Confira a programação: https://interlagosmotorclub.com.br/wp-content/uploads/2025/06/5a-ETA-PA-COPA-SP-LIGHT-DE-KART-2025_.pdf

Os resultados estarão disponíveis em www.cronoelo.com.br, com transmissão ao vivo no <https://www.youtube.com/@FA->

tvLive/streams

Além da Mini, a Regional Cup também inclui as categorias OK Júnior e OK, que contarão com 16 finalistas em cada. A próxima classificatória para as categorias acontecerá dentro do Campeonato Sul-Brasileiro de Kart, no Circuito Internacional Techspeed, em Nova Santa Rita (RS), entre os dias 19 e 21. Serão quatro vagas na OK e três na OK Júnior.

Por enquanto, já estão classi-

ficados: Bernardo Gentil, Enzo Prando, Gabriel Koenigkan, Gustavo Galvão, Heitor Farias, Lucas Okada, Marcelo Tortato, Marcos Borenstein e Nicolas Loretto (OK FIA); Antonio Claro, Daniel Rebouças, Edward Kirst, Enzo Macedo, Francisco Rocha, Lucas Kuhn, Luiz Queiroz, Miguel Spohr, Murilo Mazzoti e Raphael Gebara (OK Júnior).

Nas categorias OK, os campeões serão premiados para apresentar o Brasil no Mundial de Kart da FIA, em suas respectivas categorias, em setembro, na Suécia. Além disso, ainda haverá mais um prêmio para o vencedor da Seletiva OK N, que ganhará os mesmos benefícios para a disputa da Copa do Mundo de Kart OK N, em setembro, na Itália.

Os campeonatos de kart organizados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (Brasileiro e Copa Brasil) contam com o patrocínio do Banco BRB, o “Patrocinador Máster do Automobilismo Brasileiro”.

Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Brasileiro e Copa Brasil de GR Movimentam a Cidade Maravilhosa

Começou na quinta-feira (12) o Campeonato Brasileiro Loterias CAIXA de Ginástica Rítmica, que envolve as atletas da categoria adulta, e a Copa Brasil Loterias CAIXA de Conjunto de Ginástica Rítmica, competição voltada às ginastas juvenis e do pré-infantil.

Os números mostram o crescimento da GR do Brasil. Na categoria adulta houve 148 participantes em 2024; este ano, na Arena Carioca 2, no Rio de Janeiro, haverá 170. Já a Copa Brasil vai movimentar 108 ginastas.

O Brasileiro Loterias CAIXA apresenta um fator que torna o evento ainda mais atraente. Será realizado no mesmo local que receberá o Mundial, competição desde já histórica, por ser a primeira edição realizada na América do Sul – o início será no dia 20 de agosto.

A coordenadora do Comitê Técnico de GR da CBG, Marcia Aversani, sublinha a importância de se promover esta edição do Brasileiro no Rio.

“É muito importante para podermos avaliar algumas questões de logística. Teremos um conjunto de informações que serão valiosas. As ginastas poderão nos dar sua opinião sobre, por exemplo, a distância que vão percorrer da área de treinamento até a competição, sobre a questão do ar condicionado, sobre posicionamento da banca de arbitragem. Tudo isso será levado em conta para a organização do Mundial”.

O Campeonato Brasileiro Adulto é composto por três níveis. Da elite, composta por 14 ginastas, fazem parte as ginastas que costumam servir as Seleções. Já o nível 1, que poderia ser definido como o de aspirantes às Seleções, será formado por 52 atle-

tas. O perfil é de atletas com nível técnico alto, recém-saídas da categoria juvenil ou ex-integrantes da Seleção, mas que continuam a exibir um nível interessante em seus clubes ou associações. O nível 2 seria a base da pirâmide. Trata-se de ginastas que competirão no máximo em três aparelhos. São egressas do Torneio Nacional, competição de fomento. “No nível 2, temos uma competitividade de muito grande, são atletas com muita garra também, querendo despotar. No sábado (14), teremos todas as finais do nível 2 e também as do nível 1, concomitantemente”, explica Marcia. “É uma tarde muito bonita, de apresentações marcantes, em especial no seu lado artístico. E no domingo teremos as finais da elite, a cereja do bolo, especialmente atraente para o público interessado na nossa GR”, acrescenta a coordenadora.

No domingo, haverá as apresentações de conjuntos das categorias pré-infantil e juvenil. A pré-infantil foi inserida na programação da Copa Brasil neste ano. No total, estarão representados 16 clubes ou associações na pré-infantil e dois clubes na juvenil. “A categoria pré-infantil vem respondendo bastante bem à nossa nova organização de modelo de Copa Brasil”, empolga-se Marcia. “Vai ser bonito, vai ser interessante ver as nossas ginastas da categoria pré-infantil, ou seja, a primeira categoria de competição, apresentando-se ao lado das finais da Elite, que são as nossas ginastas mais experientes da categoria adulto. Então vai ser um campeonato muito envolvente e interessante”, finaliza a Coordenadora.